ADB

ANO III
Nº 23
05/95
ISSN 0104-8503

Boletim da Associação
dos Diplomatas Brasileiros

O DIPLOMATA E A INTERNET

SUMÁRIO

Editorial 1

Uma China, mil expressões 2
José Vicente da Silva Lessa

Departamento de Estado 5
Desafios e Respostas
Fernando Simas Magalhães

O Direito e o Diplomata 8
Luiz Dilermando de Castello Cruz

Um dia de susto na Embaixada em Washington 10
Rubem Amaral Jr.

O Diplomata e a Internet 12
Renate Stille
Marcos Prado Troyjo

Aposentadoria 15
Texto sobre a proposta de mudança
no sistema de previdência social

O último marujo em Trinidad 18
José Antônio de Macedo Soares

Relíquias da casa velha ou 22
O sono difícil de Vossa Excelência
Victor Manzolillo de Moraes

Entrelinhas 24

Capa: Caseda Felice

EDITORIAL

O Diário Oficial de 26 de maio último registra a adoção da Medida Provisória 1.014. Embora à primeira vista não se possa identificá-la como relevante para o Ministério das Relações Exteriores - afinal, a ementa indica que ela "cria a gratificação de desempenho e produtividade (GDP) das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento e dá outras providências" -, numa leitura mais atenta descobre-se que seu Artigo 3º, ao instituir a Gratificação de Desempenho Diplomático, diz respeito aos nossos salários. Todos podemos congratular-nos com o êxito desse primeiro passo no sentido de corrigir a nossa penosa situação salarial, **de facto** nascido de um esforço conjunto dos diplomatas, liderados pelos Terceiros Secretários, da ADB e da Chefia da Casa.

A parcela de mérito da ADB foi dar início à efetiva discussão do tema salários, por longo tempo verdadeiro tabu. A Associação já alertara a Chefia da Casa para o fato de que, desde dezembro de 1994, várias das chamadas carreiras "típicas de Estado" já vinham recebendo, em razão de Medida Provisória, gratificação especial, informação que recolhera por meio de sua participação, desde dezembro de 1992, nas reuniões do "Fórum Permanente das Entidades de Carreiras Típicas de Estado".

O tema foi retomado pelos Terceiros Secretários, que, em audiência com o Senhor Secretário-Geral, sublinharam as diversas dificuldades provocadas pelos montantes irrisórios dos atuais vencimentos, inclusive no que tange a atrair novos colegas para a carreira. Sensibilizada, a Chefia da Casa logrou, em rápida ação, incluir os diplomatas entre os beneficiados pela Medida Provisória 1.014.

Que o exemplo desse esforço de coordenação não seja esquecido. Apesar de bem-vinda, é desnecessário apontar que aquela MP ainda não configura solução definitiva para assegurar salários satisfatórios para a totalidade dos diplomatas. Que tampouco seja esquecida a lição de coragem e articulação recebida dos Terceiros Secretários. Toda instituição antiga, para não envelhecer, deve saber reconhecer o valor do sangue novo e das idéias renovadoras. Que os Terceiros Secretários de hoje, daqui a vinte e cinco anos, ainda a tenham bem presente.

UMA CHINA

José Vicente da Silva Lessa

Não obstante sua fascinante e milenar cultura ser de riqueza qualitativa sem par, a China jamais deixou de balizar seu pensamento e ação em parâmetros numéricos. Por toda a extensão dos Quatro Mares e Cinco Lagos, a sorte do chinês já oscilou em função dos Oito Diagramas, dos Três Vínculos, dos Cinco Elementos e da bem-aventurança dos Oito Imortais. Apesar de Os Quatro Princípios Cardeais constituírem, hoje em dia, os parâmetros da Nação, Os Quatro Livros ainda calam fundo na alma sínica, e As Cinco Montanhas ainda levam aos Cinco Budas Celestiais. Jamais sucumbirão As Quatro Nobres Verdades, que conduzem ao Caminho de Oito Vias, nem As Cinco Virtudes Cardeais, que devem permear As Cinco Relações Sociais. No Tibete, mantém-se viva a memória virtuosa dos Cinco Grandes Reis.

Dormem hoje no passado o pesadelo d'os Três Reinos, as frustrações da Reforma dos Cem Dias e os desmandos das Quatro Famílias. A Nova China foi construída com a bravura demonstrada na Batalha dos Cem Regimentos e na epopéia da Grande Marcha. O Chinês que foi para Taiwan levou o respeito pel'As Três Doutrinas do Povo, corroborou a Política dos Três "Não" e ainda hoje é guiado pela Constituição dos Cinco Poderes.

Os que, entre As Duas Vias, optaram por empunhar Os Três Estandartes Vermelhos, atravessaram Os Cinco Desfiladeiros e juraram Os Dez Mandamentos da Fé Revolucionária. Revivendo o ideal dos Cinco Celamins de Arroz, jamais esqueceram Os Três "Sim" e os Três "Não" nem as Três Honestidades e Quatro Rigores com que enpreenderam sua luta. Mas a Campanha dos Três "Anti", em 1951, e, em 1952, a Campanha dos Cinco "Anti", já anunciavam tempos difíceis. A Revolução das Cem Flores (1956) gerou a calamidade d'Os Três Anos Negros, que em vão se buscou compensar na Campanha das Quatros Limpezas, de 1964, e n'Os Cinquenta Dias que iniciaram a Revolução Cultural. A Camarilha dos Quatro, combatendo as "Quatro Velharias" e o "Número Nove", viria a consumar os Dez Anos Perdidos.

Mas, felizmente, os tempos mudaram desde quando Deng Xiaoping, refutando a Política das Duas Quaisquer Coisas de Hua Guofeng, e os reacionários Dez Pontos de Mao Zedong, promoveu os Sessenta Artigos sobre o Trabalho das Comunas Populares e garantiu As Três Liberdades do Agricultor. Já não haveria quem se opusesse às Quatro Modernizações, que hoje reinam vitoriosas, dando livre curso a As Três Formas de Pensar. Para o chinês comum, as expectativas de melhor vida evoluíram dos quarenta-e-oito pés, nos anos '60, para as quatro rodas (anos '70), as três máquinas (anos '80) até os três ouros, por toda jovem hoje cobiçados.

Nem mesmo a China d'Os Cinco Imperadores e Três Reis foi tão próspera. Deng renovou a indústria com a Combinação Três-em-Um e os Sessenta Artigos Sobre o Trabalho Industrial. A educação beneficiou-se dos Quatorze Artigos sobre o Trabalho Científico e dos Sessenta Artigos sobre Instituições de Ensino Superior, com que honrou a China a luminar tradição dos Sete Sábios do Bambual e a sabedoria d'Os Cinco Clássicos. A séculos de distância da fragmentação das Cinco Dinastias e Dez Reinos, a China almeja hoje a unificação sob o lema Uma China, Dois Sistemas, em conformidade com os Oito Pontos do Presidente Jiang. A "civilização socialista", que se constrói sobre as Cinco Ênfases e Quatro Aperfeiçoamentos, completa-se nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica que oxalá conduzam afinal a China - e o mundo - ao ideal taoísta da Paz dos Dez Mil Anos.

MIL EXPRESSÕES

O INDISPENSÁVEL GLOSSÁRIO

ATRAVESSAR OS CINCO DESFILADEIROS - O revolucionário devia, nos primeiros anos da República Popular, mudar radicalmente sua atitude para com a família, a profissão, o amor, o estilo de vida e os trabalhos manuais ou braçais.

BATALHA DOS CEM REGIMENTOS - Planejada por Deng Xiaoping e comandada pelo General Peng Dehuai, em 1940. Derrotaram-se os japoneses mas provocou-se destes reação de exacerbada violência chamada "Os Três tudos": queimem tudo, saqueiem tudo, matem a todos..."

CAMARILHA DOS QUATRO - Formada por Jiang Qing, esposa de Mao, e seus associados de Xangai, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao e Yao Wenyan.

CAMINHO DAS OITO VIAS - Doutrina de Gautama Buda que, junto com "As quatro nobre verdades", contém a essência do budismo.

CAMPANHA DAS QUATRO LIMPEZAS - Em 1964, campanha destinada a "retificar" a atitude de membros do Partido Comunista nos campos político, econômico, organizacional e ideológico para que não se vissem tentados a ser os "novos exploradores do povo".

CAMPANHA DOS TRÊS "ANTI" (1951) - Anti-corrupção, anti-desperdício, anti-burocracia. Seguiram-se os cinco "antis" — que combatiam subornos, evasão fiscal, fraudes, roubo do patrimônio estatal e o acesso ilícito a informações econômicas.

CINCO BUDAS CELESTIAIS - Os quatro "di" que governam os quatro pontos cardeais, acrescidos, desde a dinastia Han de mais uma divindade, Vairocana, com jurisdição sobre o "centro" do mundo.

CINCO CELAMINS DE ARROZ - Movimento revolucionário popular de inspiração religiosa iniciado na dinastia Han (206 BC-220 AD) e que fora o protótipo de rebeliões ocorridas em toda a China ao longo de dois mil anos.

CINCO CLÁSSICOS - Os cinco clássicos (*wu ching*) de maior prestígio em todos os tempos na China são: o *I Ching* (clássico das Transmutações), o *Shu Ching* (clássico da História), o *Shih Ching* (clássico da Poesia), o *Li Chi* (Coletânea de Rituais) e o *Ch'un Ch'iu* (Primavera e Outono).

CINCO DINASTIAS E DEZ REINOS - Período de grande instabilidade e fragmentação, que vai da queda da dinastia Tang (ano 907) à fundação da Dinastia Sung (960). Dez reis dominaram o sul da China no mesmo período.

CINCO ELEMENTOS (OU "CINCO FASES") - Cosmogonia dominante na dinastia Han, que associava os cinco elementos da natureza (água, fogo, terra, madeira, metal) aos eventos humanos, e da qual derivava-se a "legitimidade" de cada dinastia.

CINCO ÊNFASES E QUATRO APERFEIÇOAMENTOS - De um relatório conjunto da Federação Nacional dos Trabalhadores, da Liga da Juventude e da Liga Feminina (fev., 1981). As cinco ênfases: decoro, modos, higiene, disciplina e moral. Os quatro aperfeiçoamentos: da mente, da linguagem, do comportamento e do meio-ambiente.

CINCO GRANDES REIS - Os reis do carma, da mente, do corpo, da virtude e da palavra são cinco heróis deificados, popularmente adorados na tradição budista do Tibete.

CINCO IMPERADORES E TRÊS REIS - Período entre 2550 e 2190 BC, considerado por muitos estudiosos como a "época de ouro" da China.

CINCO MONTANHAS - Qinling, Taihang, Wuyi, Emei e Huashang eram montanhas sagradas nas quais se poderia, pela oração, estabelecer contato direto com os deuses.

CINCO OUROS - anel, colar, pulseira e brincos: símbolo do consumismo feminino nos anos '90.

CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA - propostos por Zhou Enlai, pela primeira vez, em dezembro de 1953, no contexto das negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas com a Índia (1954). São eles: 1) respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, 2) não-agressão, 3) não interferência em assuntos internos, 4) igualdade e benefícios mútuos, 5) coexistência pacífica.

CINCO RELAÇÕES SOCIAIS - No confucionismo, as relações entre soberano e súdito, pai e filho, marido e mulher, irmão e irmã, amigo e amigos.

CINCO VIRTUDES CARDEAIS - Segundo Confúcio e Mencius, tais virtudes são: honestidade, amor, integridade, decoro e sabedoria.

CINQÜENTA DIAS - Período entre junho a agosto de 1966, quando estudantes foram mobilizados para atacar o *establishment* universitário.

COMBINAÇÃO TRÊS-EM-UM - Os quadros do Partido, os trabalhadores e os técnicos foram por Deng Xiaoping instados a trabalhar estreitamente coordenados e unidos na administração das empresas estatais.

CONSTITUIÇÃO DOS CINCO PODERES - Proposta por Sun Yat-Sen em 1905 e implementada em 1928, instituiu um governo central dividido em cinco "yuans" ou ramos. Seu objetivo era instaurar a democracia aos poucos, após a queda do Império. Está vigente, ainda hoje, em Taiwan.

DEZ ANOS PERDIDOS - Referência à Revolução Cultural, de 1966 a 1976.

DEZ MANDAMENTOS DA FÉ REVOLUCIONÁRIA - Derivados da obra de Liu Shaoqi, **Para Ser um Bom Comunista**, publicada em 1939, e reeditada em 1962.

DEZ PONTOS (DA POLÍTICA RURAL) - Programa imposto por Mao Zedong a suas "comunas agrícolas", em 1962.

DUAS VIAS - As vias do socialismo e do capitalismo.

DUAS "QUAISQUER COISAS" (*TWO WHATEVERS*) - Política de Hua Guofeng, que prometia obedecer "qualquer decisão política" que Mao houvesse tomado em vida, e seguir "qualquer instrução" que Mao tivesse deixado.

NÚMERO NOVE - Expressão com que se designava a classe dos intelectuais, por ocupar o nono lugar na tipologia dos "inimigos" da Revolução.

OITO DIAGRAMAS - Base de um antigo sistema filosófico e de adivinhação.

OITO IMORTAIS - Grupo de santos taoístas que ganhou da deusa Hsi Wang Mu o direito à imortalidade.

PAZ DOS DEZ MIL ANOS - Da doutrina taoísta, foi a bandeira de sucessivas rebeliões camponesas ao fim da Dinastia Han Oriental, na segunda metade do século II. Seus líderes, autênticos ancestrais do comunismo, propugnavam a posse coletiva dos bens do Estado e a igualdade entre os homens.

POLÍTICA DOS TRÊS NÃOS - Até fins dos anos '80, Taipé dizia não a qualquer contato com autoridades do continente, a abrir negociações ou reconhecer a legitimidade da RPC. Mao Zedong também tinha seus "três nãos": não acusar os outros por suas culpas, não pôr rótulos nas pessoas, não usar um *big stick*.

QUARENTA E OITO PÉS - Referência ao total de pés do mobiliário necessário a um enxoval nos anos '60;

QUATRO LIVROS - As quatro compilações essenciais do confucionismo: 1) Analetos, 2) O Livro de Confúcio, escrito pelo discípulo Mencius, 3) A Doutrina do *Mean* e 4) O Grande Aprendizado.

QUATRO FAMÍLIAS - As famílias Ching, Che'en, Kung e Soong controlavam os monopólios estatais durante o governo do Kuomintang e, juntas, detinham grande poder.

QUATRO MARES E CINCO LAGOS - Referência a toda extensão da China Continental.

QUATRO MODERNIZAÇÕES - Projeto de governo idealizado por Zhou Enlai em 1975, e consagrado em 1978, em que se propugna a modernização agrícola, industrial, científico-tecnológica e militar.

QUATRO NOBRES VERDADES - Consoante o budismo: 1) para os mortais ordinários, o sofrimento é inevitável; 2) há uma causa para o sofrimento; 3) essa causa pode ser eliminada; 4) a forma de eliminá-la está n'o Caminho de Oito Vias.

QUATRO PRINCÍPIOS CARDEAIS - 1) O caminho do socialismo, 2) A ditadura do proletariado, 3) A liderança do partido, 4) O marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong.

QUATRO RODAS - Bicicleta, máquina de costura e relógio, os *musts* de quem constituía família nos anos '70.

QUATRO VELHARIAS - Jiang Qing pretendia erradicar da China as velhas idéias, a velha cultura, velhas tradições e os velhos hábitos.

REFORMA DOS CEM DIAS - Tentativa de reforma institucional em 1898, frustrada por radicalizações e luta entre o imperador Kuang-Su e a imperatriz Qi-Xi.

REVOLUÇÃO DAS CEM FLORES - Lançada por Mao Zedong, em 1956, no famoso discurso "Deixai que cem flores floresçam e que cem escolas de pensamento disputem".

SESSENTA ARTIGOS/SETENTA ARTIGOS ... - Projetos de autoria de Deng Xiaoping, Peng Zhen e Li Shaoqi, destinados a reformular as comunas agrícolas e restaurar a indústria (1962). Mao se opôs a tais planos e os desatourizou.

SETE SÁBIOS DO BAMBUAL - Grupo de poetas que fez escola durante o terceiro século.

TRÊS ANOS NEGROS - Três anos de fome endêmica, de 1959 a 1961, como resultado do "Grande Salto Adiante".

TRÊS DINASTIAS - Xia (2140-1710 BC), Shang (1711-1065 BC) e Zhou (1066-256 BC)

TRÊS DOUTRINAS DO POVO - Nacionalismo, democracia e uma variante de socialismo fabiano ("people's livelihood"). Lançadas por Sun Yat-Sen em 1903.

TRÊS ESTANDARTES VERMELHOS - "Empunhar os Três Estandartes Vermelhos" era o apelo de Mao Zedong a partir de 1958. Os três "estandartes" eram: 1) a construção socialista, 2) "O Grande Salto Adiante"e 3) as comunas populares.

TRÊS FORMAS DE PENSAR - Desde o século 5 B.C. (Os Estados Guerreiros) identificavam-se três orientações filosóficas distintas: aqueles que seguem os ritmos e caminhos da natureza; aqueles que se concentram nos valores humanos e regras de conduta; e aqueles que buscam organizar a humanidade para expandir a riqueza e fortalecer o Império.

TRÊS HONESTIDADES E QUATRO RIGORES - Slogan dirigido aos trabalhadores da indústria petrolífera de Daqing, em inícios da década dos '60. As três honestidades referem-se à atitude pessoal, à palavra e às ações para com a causa revolucionária. Os quatro rigores: níveis de conduta, de organização, atitudes e disciplina com relação ao trabalho.

TRÊS LIBERDADES DO AGRICULTOR - propostas por Deng em 1961 no contexto dos Sessenta Artigos e retomadas em 1979. O produtor rural poderia cultivar hortas privadas (até 15% das terras), praticar atividades "subsidiárias" (criação de animais, artesanato, etc) e comercializar parte da produção no mercado.

TRÊS MÁQUINAS - Máquina de lavar, televisor e geladeira, indispensáveis no lar afluente nos anos '80;

TRÊS REINOS - Reinos Wei, Shu e Wu, época turbulenta e de desagregação (220-265 AD), que marca o fim da Dinastia Han.

TRÊS SIM E TRÊS NÃO (Three dos and three dont's) - formulados por Mao Zedong contra alegados conspiradores: sim ao marxismo, não ao revisionismo; sim à união, não à divisão; sim à elevação de espírito, não à intriga.

TRÊS VÍNCULOS - No Confucionismo, o vínculo de lealdade do súdito para com o Imperador, de obediência do filho para com o pai e de castidade da mulher para com o marido.

UM PAÍS, DOIS SISTEMAS - Fórmula concebida por Deng Xiaoping para a reunificação da China com Hong Kong, Macao e Taiwan, sem modificar o sistema econômico vigente nesses territórios.

DEPARTAMENTO DE ESTADO
DESAFIOS E RESPOSTAS

Fernando Simas Magalhães

O Presidente Clinton, cuja plataforma eleitoral estava calcada em preocupações mais de ordem doméstica ou econômica, demonstrou durante a campanha o desejo de reaparelhar o país para um tipo de competição externa que fugia ao perfil tradicional de operação do Departamento de Estado. O novo Presidente e seu Secretário de Estado beneficiaram-se, de saída, das conclusões de dois cuidadosos projetos de estudo sobre diplomacia norte-americana e sobre a estrutura propriamente dita do Departamento de Estado.

O primeiro, publicado em agosto de 1992 pelo *Institute for the Study of Diplomacy - Georgetown University*, resultou de conferência realizada em dezembro de 1991 com o título *The Foreign Service in 2001*. Os autores preocuparam-se, naquele encontro, em identificar transformações da ordem internacional que não só poderiam atingir a influência do país, mas também ameaçavam comprometer seriamente a relevância da política exterior norte-americana e de seus agentes, ao menos se não houvesse reformas profundas de um aparelho institucional voltado primordialmente, até então, para o mundo da Guerra Fria. Fizeram, ademais, sugestões específicas de adaptações que o Departamento de Estado poderia adotar sem provocar maiores traumas de ordem burocrática. Muito esquematicamente, propunham: descentralização administrativa; transferência do poder de decisão a agentes no terreno; maior flexibilidade no ingresso de funcionários, em todos os níveis (a margem de flexibilidade nesse particular é, de resto, muito superior à do Itamaraty, dadas as características próprias de contratação do serviço exterior dos EUA); treinamento contínuo do pessoal de carreira; e eliminação de redundâncias institucionais.

Nessa mesma época, força-tarefa do Departamento de Estado, convocada ainda na Administração Reagan, viria a publicar o relatório *State 2000 - A New Model for Managing Foreign Affairs* (dezembro de 1992). Característica comum aos dois documentos, deve-se dizer, é o estado de perplexidade diante das rápidas mutações internacionais que se seguiram à queda do Muro de Berlim e ao desaparecimento, nos padrões conhecidos e "confortáveis" da Guerra Fria, da equação da ameaça de confrontação nuclear URSS-USA. A força-tarefa, não obstante, preocupou-se, mais objetivamente, em examinar aspectos específicos da estrutura do Departamento de Estado (DOS) e das outras agências do Executivo atuantes no exterior: AID (assistência para o desenvolvimento), USIA/USIS (serviço de informações, promoção cultural), ACDA (desarmamento e controle de armas), as três autônomas, embora vinculadas no organograma ao Secretário de Estado. Apenas a última delas, a juízo do estudo mencionado, deveria ser sem demora integrada ao Departamento de Estado.

Ambos estudos, ademais, transmitiam com sentido de urgência a necessidade de procurar corrigir o que interpretavam como acelerada desatualização do Departamento de Estado diante das características de um novo mundo, onde a hegemonia político-militar norte-americana vinha perdendo espaço para a globalização econômica, a interdependência dos mercados de capital e a ação cada vez mais desimpedida, nesse complexo tabuleiro internacional, de países como o Japão e a Alemanha. O *State 2000*, por exemplo, citava a cifra considerável de cerca de 18 mil funcionários a serviço do Departamento de Estado no exterior, dos quais, porém, apenas 350 seriam responsáveis por enviar informações econômicas ou comerciais, o que viam como inconveniente e inadequado à

luz das novas prioridades externas. Os estudos também comentavam estar a Chancelaria despreparada para a emergência de novos temas de ação política internacional — que a Agência Central de Informações (CIA) tem caracterizado como temas "trans-soberanos" — e, sobretudo, atrasada em matéria de tecnologia de comunicações e de transmissão de dados (deficiência que muitos seguem apontando).

O Secretário Warren Christopher agiu com velocidade, reconhecendo inclusive a propriedade de algumas sugestões contidas naqueles dois estudos. Em 5 de fevereiro de 1993, foi aprovada reforma que visava, segundo seus autores, a dar conteúdo prático às propriedades de política externa da Administração Clinton e a responder às tendências prevalecentes no cenário internacional. Entre as medidas administrativas mais drásticas – e que, segundo declarações recentes do Secretário de Estado, já foram integralmente implementadas –, estava a redução substancial dos cargos de "Deputy Assistant Secretaries", baixando o número de cerca de 120 para algo em torno de 70 posições. Foi, na ocasião, criado o cargo de "Subsecretário para Assuntos Globais", hoje ocupado pelo ex-Senador Timothy Wirth, num reconhecimento expresso da importância que viriam a ter para o Governo Clinton os chamados "novos temas" de agenda global, em primeiro lugar a defesa da democracia, os direitos humanos, o narcotráfico e o meio ambiente. Além disso, houve desde então o fechamento de 17 postos no exterior (15 serão em princípio fechados em 1996, disse o Secretário de Estado ao Comitê de Relações Internacionais em março último) e uma redução de mais de mil pessoas nos quadros do Departamento de Estado.

Outra característica, na nova Administração, é a flexibilidade com que são criadas forças-tarefa para operações de grande porte. Além do estabelecimento no Departamento de Estado de cargo específico de assessoramento sobre a Rússia e os chamados "novos estados independentes" (ocupado num primeiro momento pelo hoje Vice-Secretário, Strobe Talbott), e a recentíssima indicação de um assessor especial sobre Cuba, cito o grupo de trabalho formado para acompanhar a situação no Haiti (chefiado primeiro pelo diplomata Lawrence Pezzullo e, depois de mudanças de curso, pelo ex-congressista William Gray) e aquele encarregado de preparar a Cúpula das Américas.

Esta última conferência, evento de grande porte realizado em Miami em dezembro de 1994, obrigou o Departamento de Estado a um ingente esforço de coordenação inter-agencial e de promoção do engajamento de outras agências do Executivo. O fato de que hoje tenham sido criados grupos de trabalho inter-agenciais para cada um dos 23 ítens do Plano de Ação de Miami tomou de surpresa, pode-se dizer, todos aqueles países que viam na realização da Cúpula mais uma preocupação de ordem declaratória do que um esforço coerente norte-americano de reordenamento das relações hemisféricas.

Essas mudanças, no entanto, ficaram aquém do defendido pelos analistas e foram, de resto, algo ofuscadas por desenvolvimentos externos infelizes para os EUA e para a pessoa do Secretário de Estado, que durante boa parte dos últimos dois anos foi obrigado a manter-se em postura defensiva, pelo menos aos olhos de analistas mais severos. Não é preciso fazer listagem exaustiva, mas as dificuldades na Somália (sobretudo a partir do momento em que se quis alterar o mandato da missão de paz lá presente, levando-a a interferir em questões políticas internas), a crise dos refugiados haitianos (e as prolongadas tensões domésticas a respeito da possível ação militar para a restauração do Presidente Aristide), as incertezas quanto à situação na Bósnia (quadro que se mantém inalterado) e a sensibilidade interna crescente quanto à questão cubana (sobretudo após o acordo migratório com Havana) deixaram cicatrizes, por mais que, na prática, os resultados obtidos em cada caso tenham sido satisfatórios do ângulo de interesses norte-americanos localizados.

Mais bem sucedida, mas nem por isso tão visível ou popular, terá sido, nas palavras do Secretário de Estado, a atuação do chamado "America Desk" no Departamento de Estado. Uma política agressiva de abertura de mercados, o apoio irrestrito às reformas na antiga URSS, o pragmatismo quanto à cláusula de nação-mais-favorecida da China, a firmeza nas negociações comerciais com Tóquio, o aprofundamento de relações com a APEC, as aberturas em direção ao Vietnam, o acordo nuclear com a Coréia do Norte, o impulso ao processo de paz no Oriente Médio, a significativa aprovação do NAFTA e da criação da OMC por um Congresso dividido em matéria de política comercial, a realização da Cúpula das Américas e as perspectivas de extensão do NAFTA ao Chile deveriam constituir repertório respeitável e de ampla aceitação positiva. Para exasperação do Executivo, porém, nem sempre assim reage o público norte-americano.

"CONTRATO COM A AMÉRICA" E OUTROS DESAFIOS

A expressiva vitória eleitoral dos republicanos em fins de 1994 – e de seu "Contrato com

a América" veio apresentar ao Governo Clinton novos e importantes desafios, internos e externos.

Projetos em tramitação no Congresso poderão reduzir de forma substancial o orçamento do Departamento de Estado, além de acelerar a eventual incorporação ao DOS das agências AID, USIA e ACDA. Em outras palavras, a iniciativa de reforma e de resposta às novas circunstâncias internacionais poderá escapar às mãos do Presidente e do Secretário de Estado e transformar-se numa das bandeiras de luta política mais ampla, entre republicanos e democratas, pela conquista da presidência em 1996. Warren Christopher tem dito que recomendará o veto dessas iniciativas ao Presidente Clinton, vistas como "assalto às prerrogativas do Presidente em matéria de política externa". Mesmo assim, o dano maior terá sido feito, perdendo-se no caminho a oportunidade de a Administração agir com forte respaldo bipartidário no sentido de atualizar seus instrumentos de ação externa e de forjar uma nova política de consenso para a ação global do país.

DOIS COMENTÁRIOS FINAIS

Este artigo não abrange, em pormenor, questões de pessoal e de carreira diplomática nos EUA. Nem por isso devo deixar de registrar o tratamento moderno e transparente, no Departamento de Estado, de muitas das questões que também são de interesse direto do diplomata brasileiro, entre elas o problema da aposentadoria (fundo de pensão, no sistema norte-americano), o pagamento de auxílio-educação, os benefícios auferidos em postos de sacrifício, a contratação de cônjuges no exterior, a mobilidade profissional e as oportunidades de treinamento e de estudo ao longo de toda a carreira.

Mais recentemente, colegas norte-americanos comentavam que a diminuição do número de "Deputy Assistant Secretaries" os afetava diretamente, pois diminuía a proporção de acesso a um dos cargos cuja chefia é pré-requisito para a ascensão profissional, para não falar na indicação crescente de figuras políticas para tais posições. Entre 25% e 40% dos cargos de Embaixador são ocupados por indicação política e, mesmo em Washington, um número em torno de 25% das funções de chefia no Departamento de Estado é preenchido por funcionários de fora do serviço diplomático, segundo dados de 1993.

Levando em consideração que a idade média de ingresso no serviço exterior é de 30 anos (e que, excepcionalmente, à luz de títulos acadêmicos e da experiência anterior do candidato, o ingresso, após concurso do "Foreign Service Institute", pode dar-se já em níveis mais elevados da carreira), uma carreira bem sucedida não ultrapassa os 30 anos de exercício para chegar à última classe, a de "Career Minister" (classe onde o limite máximo de permanência é de dez anos). Esses números podem ser vistos como conservadores ou muito alvissareiros, a depender de que extremo da lista de antigüidade se olhe para eles.

Em média, 55% dos funcionários não chega ao chamado "senior foreign service" (conselheiros, ministros e "career ministers") e se aposentam por volta dos 58 anos de idade. Embora esteja também previsto o recurso ao "select out", em mãos de um "performance standards board", esse dispositivo acaba sendo pouco utilizado, alcançando estatisticamente apenas 0,25% dos funcionários de cada classe anualmente (ou seja, um excluído por classe a cada quatro anos). Os Estados Unidos têm no momento 266 postos diplomáticos e consulares.

Também muito interessante, para todos nós, é o sistema de remoção, que prevê programação antecipada de pelo menos um ano (dois a cinco anos em alguns casos específicos, sobretudo quando se requer treinamento de línguas) e a publicação anual (em junho) de todas as vagas que estarão disponíveis nos próximos doze meses. Essa lista traz relação completa das tarefas e responsabilidades do ocupante da posição anunciada e todos os funcionários têm oportunidade de candidatar-se a qualquer das vagas, devendo ainda indicar seis alternativas. As candidaturas são avaliadas por Comissão *ad hoc* em Washington, com base em critérios objetivos de qualificação e convergência de interesses com os do Chefe do Posto. Em princípio, os candidatos são avisados semanalmente das vagas preenchidas e podem reapresentar postulações aos postos ainda vagos (*refreshing the bids*, se diz informalmente). A duração das missões é, em geral, de dois anos e não há limitação de permanência no exterior, mas sim nos EUA (no máximo oito anos). Entre 80% e 85% das remoções se dá segundo esse sistema e dentro das datas previstas, o que fala especialmente bem da administração das questões de pessoal no Departamento.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima solicitou-me preparar este artigo, para atender a gentil convite do Presidente da ADB. Pesquisa primorosa sobre o Serviço Diplomático dos EUA, realizada por Paulo César Meira de Vasconcellos e Octávio Garcia Côrtes, foi recolhida pelos integrantes da CAOPA e está disponível em Brasília.

O DIREITO e O DIPLOMATA

Luiz Dilermando de Castello Cruz

Em sua atuação, o diplomata deve resolver não só as questões disciplinadas pelo direito nacional do Estado de que é órgão mas também questões disciplinadas pelos sistemas jurídicos nacionais de outros Estados e, finalmente, questões disciplinadas pelo direito internacional.

Ora, é evidente que o diplomata não conhecerá todo o direito nacional de cada Estado do planeta (e nem mesmo o direito nacional do Estado de que é órgão) ou todo direito internacional. É, porém, necessário que saiba agir para investigar qual a resposta a cada questão que, em qualquer desses campos, lhe surgir.

Com efeito, o conhecimento, segundo o apotegma célebre do Dr. Johnson, "é de duas espécies. Conhecemos um assunto ou conhecemos onde podemos encontrar informações sobre ele".

O conhecimento jurídico é da segunda espécie e cifra-se em saber onde encontrar as regras de direito hábeis a responder certa questão. Em conseqüência, a diferença entre o conhecimento jurídico de que o jurista profissional precisa e aquele de que precisa o diplomata não está no método pelo qual um e outro são atingidos, mas no número menor de questões que o último é chamado a resolver.

Fundamental para o diplomata é o conhecimento do direito constitucional e do direito administrativo do Estado a que serve. Prova à saciedade essa primazia a verificação de que quem pratica os atos juridicamente atribuíveis às pessoas jurídicas, inclusive os Estados, são os órgãos. E a lição de Pontes de Miranda: "Para cumprimento de suas funções, os órgãos têm de praticar os atos que são necessários aos fins das pessoas jurídicas como se fossem elas que os tivessem de praticar, como pessoas físicas. Os atos praticados por eles, são da pessoa jurídica e não deles. Muitos erros filosóficos e técnicos resultaram e resultam de não se distinguirem o papel do indivíduo *como tal* e do indivíduo *como órgão*".

Daí decorre que a atuação do diplomata *como órgão* esteja sempre sujeita ao direito constitucional e ao direito administrativo, dela forçosamente afastada qualquer doutrina, ideologia, preconceito, paixão, opinião ou preferência que não tenham sido agasalhados pelos referidos direitos.

Assim, ao atuar como órgão do serviço diplomático do Estado, o indivíduo só pode agir ou deixar de agir, fundado, respectivamente, em que o direito administrativo de seu país lhe confere competência para atuar de certo modo ou autoriza-o a deixar de fazê-lo, já que o princípio que informa o direito público, ao contrário do ocorrente no direito privado, é o de ser proibido o que não permitido.

De fato, seria absurdo que, ao atuar como órgão do Estado que representa, a qual se objetiva nas ordens de ação ou de abstenção com que esse Estado, por meio de seu direito constitucional e de seu direito administrativo, disciplina o comportamento de seus agentes.

O conhecimento do direito estrangeiro se integra no método pelo qual o diplomata chega ao conhecimento da sociedade estrangeira sobre a qual lhe incumbe atuar.

Em verdade, sendo uma determinada ordenação do poder, o direito fornece quadro de relação entre Estado e povo e, destarte, assume alto valor como testemunho da ideologia do Estado de que se trate.

Já sabemos ser impossível ao diplomata conhecer minuciosamente todos os sistemas jurídicos estrangeiros; nesse campo, terá ele de satisfazer-se com as investigações de direito comparado hábeis a desenhar a estrutura de cada sistema.

É lícito, contudo, esperar que, ao ter de ocupar-se de um determinado país estrangeiro, na distribuição de trabalho de um ministério das relações exteriores, o diplomata estude o direito desse país, sem o que não chegará a compreender a fundo o poder estatal que lhe cabe conhecer, e cuja organização é o aludido direito.

Casos haverá em que tal estudo será árduo, em razão de marcadas diferenças culturais entre o país do diplomata e o do direito de que se cogite. Aí, não poderá o funcionário deixar de socorrer-se de especialistas que lhe desvendem e expliquem o sistema jurídico em que se estrutura a vida social estrangeira.

Finalmente, é obrigação do diplomata conhecer o direito internacional, cujas as regras estão para os Estados como, para os indivíduos, as regras de cada sistema jurídico nacional.

Ocorre que o círculo social formado pelos Estados soberanos não tem governo explícito e formal, mas funda sua organização numa justaposição de pessoas jurídicas independentes, de jeito que cumpre reconhecer-se-lhe uma descentralização total do poder político.

Assim, quem tenha de conhecer as regras do direito internacional não pode seguir o exemplo de quem busca certo direito nacional nas coleções de leis, explicadas ou não, mas deve procurar aquelas regras nos repertórios de prática dos Estados.

Nessa busca, é capital precate-se o diplomata contra os livros em que, simulando investigar cientificamente o teor das regras de direito internacional certos internacionalistas limitam-se a apresentar como integrantes de tal direito normas que eles próprios deduzem de alguma doutrina estruturada a partir de postulados arbitrários.

É preciso lembrar que Hugo Grotius era empregado da Coroa sueca e que a obra daquele escritor não estava isenta do propósito de defender a conveniência nacional sueca, o que levava a dar como *de lege lata* o que só era doutrina *de lege ferenda*.

Por sinal, nenhum dos chamados fundadores do direito internacional pode ser considerado um jurista no sentido moderno da palavra, pois Vitoria e Suarez alicerçavam sua doutrina na religião, enquanto Gentilis, o próprio Grotius e Pufendorf alicerçavam a sua na ética. Se, em 1676, Rachel pode isolar o conceito de direito internacional – "direito ao qual, por razões de utilidade, a maioria dos Estados livres se submete por pacto ou consentimento expresso ou tácito" – foi necessário chegar a Johann Jakob Moser para ver surgir o primeiro tratado de direito internacional redigido com método científico (1750-1780).

Teólogos, moralistas e advogados de interesses de certos Estados, travestidos todos eles em cientistas, têm tido progênie tão farta quanto a dos juristas propriamente ditos.

A eleição errada, pelo diplomata, dos internacionalistas de que se vai fiar pode pois distraí-lo totalmente da resposta correta à questão que o preocupe.

Uma última observação: Sabemos, como disse Paul Reuter, que "o ato pelo qual um Estado admite que certo efeito jurídico possa-lhe ser oposto e assim renuncia ao benefício da relatividade, reveste-se de importância fundamental; é o mecanismo do *reconhecimento*. Embora esse mecanismo seja estudado sobretudo a propósito do reconhecimento do Estado ou de governo, é de aplicação universal e se estende à existência de uma regra costumeira".

Efetivamente, é o reconhecimento por parte dos Estados que funciona como mecanismo de formação das regras de direito internacional. Advirta-se, todavia, que esse reconhecimento não precisa provir de todos os Estados, pois, como assinalou Kelsen, "uma prática constante de um grande número de Estados, inclusive os Estados que, quanto ao seu poder, sua cultura, e assim por diante, são de certa importância, é suficiente".

Isto posto, é bom acautelar o diplomata, principalmente aquele que serve a um Estado que não está entre as primeiras potências do planeta, contra a esperança ingênua de que lhe seja dado, ou a seu país, ter influência ponderável na modificação do direito internacional. Como todo sistema jurídico, o direito internacional reflete a relação de forças existentes na sociedade a que se aplica, e negá-lo é iludir-se voluntariamente e suscitar decepções — a evolução do direito internacional não pode ser obra isolada de um Estado ou de seus diplomatas. Essa limitação tem, pelo menos, a vantagem de funcionar como lição de humildade e um convite à solidariedade internacional.

Um dia de susto na embaixada em Washington

Rubem Amaral Jr.

O episódio que vou narrar deve ter-se passado em 1970, em data que não recordo com precisão. O atual edifício da chancelaria da Embaixada em Washington estava em construção. Os serviços ainda funcionavam, portanto, no antigo prédio da Whitehaven Street, demolido após a inauguração daquele. Eu servia no posto como Segundo Secretário, mas estava lotado no escritório do Adido Científico, o qual, por falta de espaço na velha chancelaria, achava-se instalado em dependências do Hotel Alban Towers, na esquina das Avenidas Massachusetts e Wisconsin, há cerca de um quilômetro da Embaixada pela Massachusetts acima.

Havia chegado muito cedo ao serviço, bastante antes do início do expediente e, pouco depois, atendi uma chamada telefônica em que uma voz feminina declarou-me mais ou menos o seguinte, em inglês: "Não vou dizer isto duas vezes. Um grupo de mulheres democratas americanas, em solidariedade às mulheres democratas brasileiras, colocou uma bomba no novo prédio da Embaixada do Brasil, a qual deve explodir dentro de vinte minutos!". E desligou, antes que eu pudesse articular qualquer palavra.

Minha primeira reação foi de incredulidade. Imaginei que essas ameaças seriam corriqueiras e sem maiores conseqüências, pois nunca bomba alguma explodira em nossa Embaixada nem qualquer outro incidente terrorista ali ocorrera. Não conhecia instruções sobre como agir em casos semelhantes mas, por vias das dúvidas e desencargo de consciência, resolvi telefonar para a chancelaria a fim de comunicar a ameaça a um colega que estivesse em melhores condições de tomar alguma iniciativa. Mas o expediente ainda não começara e nenhum deles havia chegado.

Decidi telefonar para a residência do Ministro Conselheiro, meu compadre Celso Diniz. Atendeu sua mulher, Vera Lúcia, que me informou que o marido se encontrava no banho. Pedi que lhe comunicasse brevemente o que se passava e me telefonasse depois, se achasse necessário. Não haviam decorridos dois minutos, quando ele chamou de volta para dizer-me que participasse o caso imediatamente à polícia, pois em assuntos dessa natureza não se podia facilitar. Cumpri a instrução e dirigi-me de imediato, em meu carro, à chancelaria, para a hipótese de que minha presença no local pudesse ser útil.

À medida que descia pela Avenida Massachusetts, aquela hora do *rush* em direção centro da cidade, fui sentindo mais ou menos a partir da altura do Observatory Circle, que trânsito ia ficando mais e mais lento. Logo pensei que possivelmente o engarrafamento se devesse ao fato de a bomba já haver detonado na Embaixada, que ficava pouco adiante, e que o tráfego estivesse sendo dificultado por essa causa. Meu coração, que já devia estar acelerado por efeito do telefonema de pouco antes, começou a bater mais forte, com o receio de uma tragédia. Entretanto, quando já chegava à esquina da Whitehaven, portanto nas proximidades da chancelaria em construção, verifiquei que o problema se devia à colisão de uma viatura policial com um automóvel particular, interrompendo o fluxo na pista da direita. O acidente fora, talvez, conseqüência da velocidade com que o carro da Polícia tentara mudar de faixa para atingir a Embaixada, por causa da notificação do pretenso atentado.

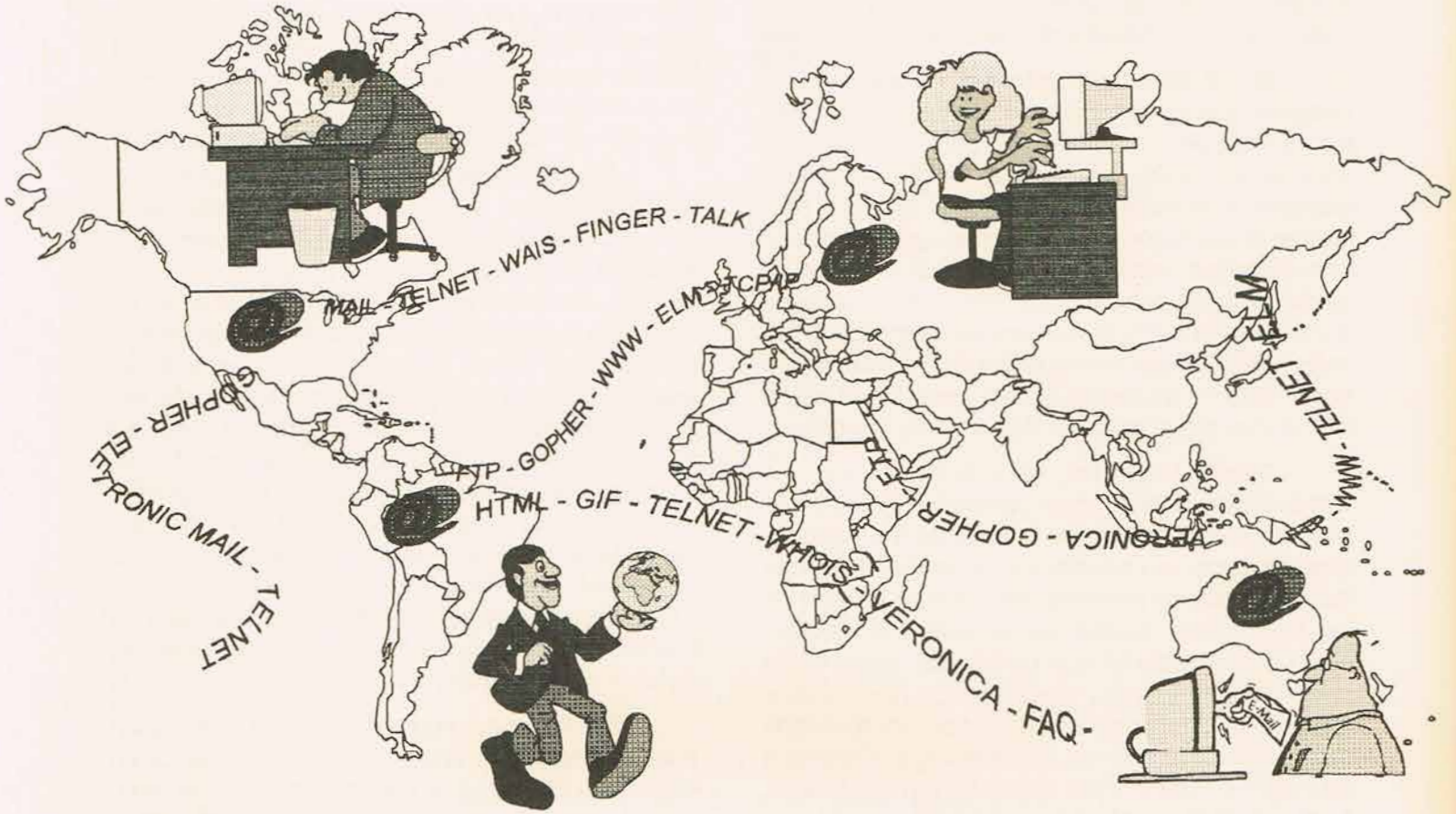
Não pude deixar de admirar a presteza com que a polícia tratara de atender ao meu pedido de socorro. Mais admirado fiquei, porém, quando, ao chegar finalmente à velha chancelaria, verifiquei que vários policiais já estavam presentes e que havia uma certa agitação entre as pessoas que se encontravam no local, principalmente, funcionários que chegavam para o trabalho. Aparentemente, o nervosismo nada tinha a ver com a suposta bomba, da qual ninguém ali tivera ainda conhecimento. Após procurar informar-me, descobri o motivo da inusitada movimentação.

Acontece que naquele mesmo dia, realizar-se-ia na Capital americana uma imensa manifestação popular contra a guerra do Vietnam, para a qual estava chegando gente de todos os pontos do país. Esse deve ter sido também o pano de fundo em que se inseriu a ameaça de atentado à Embaixada. Uma das nossas funcionárias administrativas, certamente possuidora de um grande coração mas de pouco bom senso, ao dirigir-se em seu automóvel para o trabalho, encontrou no caminho um pequeno grupo desses manifestantes, rapazes e moças que haviam passado a noite ao relento. Penalizada com o seu estado, resolveu levá-los até a chancelaria, para que usassem os toilettes para o asseio da manhã. A polícia chegou quando eles se encontravam no interior do prédio.

Até hoje não sei se os policiais já estavam a par da denúncia da bomba e haviam acorrido ao meu chamado, ou se ao de algum outro funcionário assustado com a presença daqueles estranhos com aparência de hippies nas dependências da Missão, em horário no qual o atendimento ao público ainda não começara. O fato é que, no momento de minha chegada, já os aturdidos manifestantes estavam sendo retirados do prédio à viva força e provavelmente seriam conduzidos presos, sem que entendessem o motivo.

Após certificar-me rapidamente do que ocorrera, identifiquei-me aos policiais e pedi-lhes que liberassem o grupo para que tomasse seu rumo, pois ali entrara a convite, embora indevido e temerário, de uma funcionária. E participei aos zelosos agentes da lei a ameaça da bomba na construção ao lado, que recebera pouco antes. Eles perceberam o qüiproquó e concordaram. Passaram, então, a esquadrinhar cuidadosamente o esqueleto da nova chancelaria, mas nada foi encontrado. E não houve explosão alguma! Felizmente, como eu suspeitara, tratava-se mesmo de falso alarme!

O DIPLOMATA E A INTERNET



Renate Stille
Marcos Prado Troyjo

A "supervia de informação" ou "Infraestrutura Global de Informação" (*Global Information Infrastructure - GII*) ou, ainda, a Sociedade Global da Informação e os grandes benefícios que poderão advir para aqueles que dela participem são o assunto do momento. Contudo, não temos conhecimento, sobretudo no contexto brasileiro, de considerações sobre a utilização por diplomatas da supervia da informação, que pode ser acessada através da Internet. Embora os aspectos gerais do tema redes internacionais constituam objeto de debate corrente na mídia, ao haver colocado à disposição dos colegas, no final de 1994, a utilização desse meio de comunicação e pesquisa através da DCT-Net, pareceu-nos conveniente apresentar no boletim ADB breve histórico da Internet e avaliar as vantagens específicas que decorrem do acesso à estrutura fundamental do que se convencionou chamar de "sociedade da informação".

Assim procuraremos traçar trajetória resumida da Internet e de sua operacionalidade no Itamaraty, além de tecer considerações sobre maneiras para o diplomata se valer da super-via da informação para auxiliá-lo em suas atividades, especialmente num momento em que iniciativas como o *Global Information Infrastructure* e seu debate no âmbito do G-7/UE, ou, no plano regional, a implementação da Rede de Informações Tecnológicas Latino-Americana (RITLA) fazem com que o binômio "ciência e tecnologia" ganhe marcada relevância como um dos mais importantes ítens da agenda internacional.

Organizada pela ARPA, Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, ainda no cenário da Guerra Fria (1969), a ARPANET permitia o acesso de pesquisadores a centros de computação compartilhando recursos sofisticados de *hard* e *software* (espaço em disco, bancos de dados e computadores). Essa rede, cujo acesso inicialmente se limitava a empresas ligadas à defesa militar e a universidades que faziam pesquisas militares, deveria assegurar o fluxo de dados na eventualidade de um ataque nuclear que aniquilasse os centros de comando localizados wm Washington.

Com o passar do tempo, a ARPANET foi conectada a outras redes experimentais que utilizavam ondas de rádio e satélites e, em 1980, foi dividida em duas, uma civil e outra militar (Milnet) usando as mesmas conexões. O conjunto de interconexões entre redes experimentais e comerciais, sugidas no final dos anos setenta, foi denominado DARPA-Internet, posteriormente permanecendo apenas a forma resumida Internet. Com a criação da NSFNET (National Science Foudation) em 1986, ligando pesquisadores de todo o país a cinco centros de super-computadores, que logo se expandiu, conectando redes acadêmicas federais e outras que ligavam universidades e centros de pesquisa, a ARPANET foi substituída, gradativamente, sendo extinta em março de 1990.

O conjunto de redes, que manteve a denominação Internet, se ampliou paralelamente ao crescimento da NSFNET (a mais rápida do mundo, capaz de transmitir 5000 páginas digitadas por segundo) e se conectou também com redes semelhantes em todo o mundo (apenas na África sua presença ainda é pouco significativa). Em conseqüência, atualmente, a Internet não tem dono e nem mesmo é submetida a um núcleo de comando, o que acaba por dotar a rede de uma saudável vocação democrática.

Com efeito, hoje a Internet conta com quase 50 milhões de usuários, em mais de uma centena de países. Segundo um dos mais eminentes *"netties"* (nome que se dá aos aficionados da Internet), o Doutor Nicholas Negroponte, do Massachussets Institute od Technology, autor do *best-seller "Being Digital"*, o que mais impressiona sobre a rede não é seu tamanho, mas seu ritmo de propagação – a cada mês cerca de 4 milhões de pessoas são acrescida ao bolo.

Como curiosidade, vale mencionar que após a exibição do filme *Disclosure*, em que Michael Douglas utiliza o correio eletrônico (*e-mail*) da Internet para escapar das "armações" de Demi Moore, a dinâmica de propagação da rede foi aumentada em 25% o que significa mais 1 milhão de usuários por mês. No Brasil, fenômeno semelhante deve ocorrer, já que a "teledramaturga" Glória Perez está preparando uma novela das oito para a Rede Globo que terá como tema central a Internet.

De acordo com a progressão quase geométrica que dita o ritmo atual de ingresso de usuários à Internet, pode-se estimar que, ao fim do primeiro semestre do ano que vem, aproximadamente 1/2 bilhão de pessoas estará conectado à rede, o que deverá questionar, em grande medida, os conceitos tradicionais do tempo e espaço.

Do ponto de vista operacional, no âmbito do Itamaraty, até fins de maio de 1995, acessava-se a Internet através da rede local do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCTNet), a qual, por sua vez, liga-se à Rede Nacional de Pesquisa – RNP – por meio de uma linha telefônica "dedicada" (utilizada exclusivamente para trans-missão de dados). A partir de junho, com o objetivo de ampliar o número de postos que passam a utilizar a Internet como meio adicional de comunicação com a SERE, o Departamento de Comunicações e Documentação passa a assumir gradativamente a responsabilidade por essas operações.

No contexto brasileiro, a RNP é a responsável direta pela implantação e difusão das "infovias" que compõem a versão nacional da Internet e até agora têm-se resumido ao plano acadêmico e gover-namental. A RNP, criada por iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, com apoio do projeto PNUD/BRA/92/019, supervisionado pelo MCT/CNPq e pelo Itamaraty, teve por objetivo "*implantar um serviço de redes distribuído por todo país, para a utilização em atividades de apoio à educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico*". Sua "espinha dorsal" (*backbone*), contemplando as principais universidades do país, organizações governamentais, não-governamentais e de pesquisa foi instalada a partir de 1992, pouco antes da Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente (RIO-92). Com o objetivo de democratizar ainda mais o acesso a este novo meio de comunicação, a Embratel está realizando esforços no sentido de permitir o aumento do número de usuários "não-governamentais", ampliando a infra-estrutura de transmissão de dados no País, o que acabará por agilizar a velocidade de transmissão para suportar as novas demandas por informação que certamente emergirão da sociedade civil. Nesse contexto deverá ser lançada proximamente a vertente comercial da comunicação eletrônica em rede pública no Brasil.

A rede local de computadores do DCT utiliza, como meio físico de comunicação entre suas estações de trabalho, o mesmo sistema de cabos implantados pelo Centro de Processamento de Dados do Ministério.

Dessa forma, é possível estender e compartilhar os recursos disponíveis – leia-se, a Internet – em qualquer local onde haja ao menos um terminal interligado ao Sistema Eletrônico de Distribuição de Telegramas (SED).

A partir do momento em que se dispõe do meio físico, para incluir um novo computador na rede é necessário apenas a instalação e configuração de alguns programas que habilitem o terminal a transmitir dados por meio do chamado "Transfer Code Protocol/Internet Protocol", ou simplesmente – TCP/IP —, espécie de linguagem internacional para transferência de dados entre redes, capaz de ser interpretada por qualquer computador que integre a Internet, independentemente do tipo de equipamento ou sistema operacional utilizado.

Uma vez reunidos todos os pré-requisitos físicos para a conexão à super-via da informação, cabe considerar algumas das facilidades que passam a estar à disposição do usuário da Internet. Inicialmente, cabe mencionar o *E-Mail*, ou Correio Eletrônico, para cuja utilização o usuário recebe um "endereço eletrônico" (que geralmente tem este formato: renate@dct.mre.br), habilitando-o a se comunicar via Internet com qualquer outro endereço eletrônico no planeta. Até maio, na Secretaria de Estado, havia mais de oitenta endereços eletrônicos, e vários postos também já dispunham desta facilidade em seus Setores de Ciência e Tecnologia (SECTECs), como:

Brasemb Londres **(sectec@sictex.demon.co.uk)**;

Washington **(cm129@umail.umd.edu)**;

Moscou **(hudson@brasmowct.msk.su)**;

Camberra **(sctxau@aus.emb.gov.br)**;

Santiago **(sctxcl@huelen.reuna.cl)**;

Caracas **(sctxve@conicit.ve)**;

Montevidéu **(uy30021@antel.com.uy)**;

Consbras São Francisco **(sctxusii@crl.com)**;

Seul **(sctxko@soback.kornet.nm.kr)**;

Chicago **(u11725@uicvm.uic.edu)**;

Copenhagen **(dinbrem@inet.uni-c.dk)** e

Pequim **(empequim@public.bta.net.cn)**.

Além de se comunicar através do correio eletrônico, por meio dos *Gophers* (sistemas múltiplos de busca de informações), o usuário pode acessar arquivos e bibliotecas ao redor do mundo, ou ainda participar de grupos de discussão específicos. Por exemplo, ao ingressar no Gopherspace, também chamado de "VERONICA" (*very easy rodent-oriented net-wide index of computerized archives*), requisitando documentos que contenham a palavra "diplomacy", pode-se ter acesso a um arquivo da Universidade de Cornell, intitulado "Fletcher School of Law and Diplomacy (Multilateral Treaties)", em que se podem obter mais de 80 textos de Direito Internacional relacionados ao trabalho diplomático, como o texto, em inglês, da Conferência de Viena sobre Relações Diplomáticas, da Conferência de Viena sobre Relações Consulares, a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, Convenções sobre Direito do Mar, etc. Em outro arquivo, chamado "Diplomatic List", obtêm-se a relação do corpo diplomático em cidades como Washington ou Londres, numa listagem que inclui também o nome dos cônjuges e suas datas de aniversário.

Ainda no Gopherspace, é possível por exemplo, ao buscar documentos que contenham as palavras "foreign policy", participar de um grupo de discussão intitulado "German Foreign Policy in the Late 19th Century", que debate, basicamente, a atuação de Bismarck no cenário europeu, ou, ainda, ter acesso a *memoranda* e *briefings* (secretos à época) dirigidos ao Presidente John Kennedy quando da Crise do Muro de Berlim, além de toda uma série de discursos e comunicações sobre a política externa norte-americana durante o período da Guerra Fria. Vale ressaltar que essas consultas se realizam sem ônus, na SERE, que dispõe de linha dedicada, e ao custo de uma chamada telefônica local a cada vez que se acessa a Internet, nos postos que utilizam comunicação discada.

Assim, além das facilidades advindas da comunicação, viabilizadas pelo correio eletrônico, o diplomata pode contar também com a Internet para aumentar exponencialmente suas fontes de informação. Familiarizar-se com as supervias da informação é, sem dúvida, um dos imperativos do final do milênio e, portanto, "navegar" pelos caminhos da rede mundial deverá constituir atividade cada vez mais usual para aqueles que, como os diplomatas, têm no cenário internacional seu objeto de trabalho.

Ao finalizar, apenas uma palavra de cautela. A Internet é um meio rápido e cômodo de comunicação, mas não oferece a privacidade e segurança de uma carta ou de um telegrama "particular de serviço". Por enquanto não há cifra para as mensagens de E-mail, além do risco de "linhas cruzadas" ou de mensagens que chegam a destinos equivocados, tal como um "engano telefônico", sem falar nos "hackers", que se distraem em entrar em computadores e mensagens alheias, seja por diversão, seja por motivos espúrios. Por isso, convém evitar o envio de mensagens de caráter sigiloso, bem como de números de cartões de crédito e contas bancárias.

Para os que desejam se familiarizar mais com o tema, sugerimos a seguinte leitura básica, que também foi consultada para o texto acima:

1) Como funciona a Internet - Joshua EDDINGS - Ed. Quark

2) O Manual da Internet - Tracy LAQUEY e Jeame C. Ryer - Ed. Campos.

3) The Secrets for Savvy Net Working - Susan ROANE - Ed. Warner Books.

4) Being Digital - Nicholas NEGROPONTE - Ed. RH and Consort.

5) A Vida Digital - Nicholas NEGROPONTE - Ed. Companhia das Letras.

6) INTERNET - Guia de Acesso por Correio Eletrônico - Clay SHIRKY - Trad. Cláudio Costa - Livraria e Editora Infobook S.A.

No dia 12 de junho a Drª Ludmila D. Ribeiro, do Ministério da Previdência Social, fez uma palestra, no auditório do IRBr, sobre as propostas mudanças no sistema de previdência social. Para documentar sua exposição, distribuiu alguns textos, e de um deles reproduzimos aqui o capítulo atinente à aposentadoria dos servidores públicos.

APOSENTADORIA

Como será a aposentadoria para o servidor público?

Não é razoável que uma pessoa relativamente jovem (por exemplo, com 50 anos), com plena capacidade física e mental, obtenha a sua aposentadoria. É um desperdício – para si e para a sociedade – não aproveitar a sua experiência e capacidade para o trabalho por mais alguns anos. Mas, não é justo que uma pessoa idosa continue trabalhando até o final de sua vida por não ter cumprido ainda um certo tempo de serviço.

Por isso, o sistema de aposentadoria vai continuar considerando estes dois fatores para definir a época em que a pessoa deve se aposentar: o tempo de serviço e a sua idade. Porém, os critérios de ambos serão modificados.

A idade necessária para se aposentar girará em torno de 60 anos, e o tempo de serviço, entre 30 e 40 anos (os números exatos ainda não foram definidos, mas se situarão nesta faixa).

Além disso, para manter a justiça e o equilíbrio financeiro do sistema, o valor da aposentadoria deve ser proporcional ao período e ao montante de contribuição do empregado ao longo de seus anos de trabalho.

As novas regras definirão que a aposentadoria corresponderá a cerca de 80% do último salário do funcionário.

A União quer garantir o pagamento integral do benefício do servidor aposentado, e este é um dos poucos aspectos, senão o único, que diferenciará a aposentadoria do servidor público da concedida ao trabalhador do setor privado.

No regime de previdência para o setor privado, o INSS estabelece um teto de contribuição, e também para os benefícios. Isto é, são garantidos os vencimentos até um certo limite. Se o cálculo da aposentadoria do trabalhador, tal como proposto (80% do último salário) resultar num valor maior que este limite, ele terá de buscar este complemento, se o desejar, em fundo de previdência complementar, para o qual terá de contribuir durante seus anos de trabalho.

Por exemplo, vamos supor (os dados não reais) que um trabalhador ganhe, no setor público, R$ 100,00. Sua aposentadoria será, por exemplo, R$ 80,00, e garantida pelo Estado. Vamos supor que, no setor privado, um outro trabalhador ganhe R$ 100,00 também. A sua aposentadoria, entretanto, poderá não ser R$ 80,00; para isto, basta que o teto máximo de pagamento do INSS seja R$ 60,00. Neste caso, ele terá direito somente a R$ 60,00, e outros R$ 20,00 que receberia se não existisse este teto teriam de ser garantidos por um fundo de previdência complementar (se o trabalhador quiser ter acesso a uma aposentadoria mais elevada).

O pagamento integral da aposentadoria ao funcionário público, de modo que ele não necessite recorrer à previdência complementar, será financiado por um fundo com contribuições por parte da União e dos próprios servidores.

As contribuições para este fundo serão definidas pelas necessidades de recursos, calculadas a partir do número de trabalhadores em atividade, aposentados, idade média de ambos os grupos e valor dos benefícios concedidos. Não deverá, conseqüentemente, existir um teto de contribuição, como ocorre no setor privado.

As novas regras da aposentadoria atingirão igualmente a todos servidores?

Para analisar esta questão, vamos dividir os funcionários em quatro grupos:

1. Os servidores já aposentados

O servidor que já estiver aposentado terá todos os seus direitos mantidos, pois o fez pelo sistema anterior. O valor recebido e as vantagens atuais não se alteram. Entretanto, seus benefícios não poderão incorporar novas gratificações e vantagens que venham a ser criadas para os funcionários em atividade.

Aqueles que já possuem duas aposentadorias terão direito a mantê-las, mas não será permitido o acúmulo de aposentadoria com o exercício de cargo efetivo no serviço público. Assim que forem aprovadas as mudanças na legislação da Previdência, os incluídos nesta situação deverão optar entre uma das duas formas de rendimento – a aposentadoria ou o salário do cargo. Se este último for de confiança, o prazo para fazer esta opção se estende por dois anos após as alterações na lei.

2. O servidor que já poderia estar aposentado, mas continua trabalhando

Para o servidor que, seja pelo critério de idade ou tempo de serviço, já tenha direito a se aposentar de forma integral, mas ainda está trabalhando, não haverá nenhuma mudança. Este servidor já possui o chamado direito adquirido, pois poderia estar aposentado sob a legislação atual, e se aposenta quando quiser por este critério. Por isso, não há porque ter pressa para encaminhar o seu pedido de aposentadoria.

Por exemplo, um servidor que já trabalhou 35 anos não precisa solicitar imediatamente a sua aposentadoria porque, mesmo que a nova regra estabeleça que seus colegas que ainda não possuem o direito de se aposentar de forma integral imediatamente devam trabalhar mais que 35 anos, ele mantem o direito de se aposentar quando quiser, com todas as regalias atuais. Só não poderá, como já explicamos no caso anterior, incorporar novas gratificações e vantagens que venham a ser criadas para os funcionários em atividade.

Da mesma forma que no caso anterior, o acúmulo de aposentadoria e o salário (resultante do exercício de cargo efetivo no serviço público) não será permitido. Os prazos para opção entre uma das duas formas de remuneração também serão semelhantes.

3. O servidor que ainda não trabalhou por um período suficiente para requerer sua aposentadoria

É importante recordarmos que o novo sistema deverá eliminar diversos privilégios e, dentre eles, a aposentadoria proporcional. Portanto, uma vez aprovadas as novas regras, o servidor nesta situação – em atividade, mas ainda sem direito à aposentadoria integral – não poderá mais aposentar com tempo de serviço e vencimentos proporcionais.

O valor de sua aposentadoria e o tempo de serviço necessário para obtê-la seguirão uma regra que combinará o sistema atual com o proposto, respeitando a chamada expectativa de direito. Para o período em que o servidor trabalhou sob a legislação atual, serão consideradas as regras vigentes; para o período em que trabalhar após a aprovação da nova legislação, valerão as novas regras.

Para explicar estes cálculos, nos valeremos de um exemplo, sempre lembrando que os dados utilizados não são reais.

- Vamos supor um servidor público, homem, que já tenha trabalhado 20 anos até a data em que as novas regras de aposentadoria comecem a vigorar. Faltariam, portanto, 15 anos para ele se aposentar pela regra atual (aos 35 anos de serviço).

- Vamos supor que, pela nova regra, ele tivesse que se aposentar com 40 anos de serviço. (Vide tablela).

Como o funcionário já trabalhou 20 anos pela regra antiga, e nesta última o tempo de serviço necessário para a aposentadoria é 35 anos, ele já teria cumprido 57% do mesmo, caso a legislação anterior continuasse prevalecendo. A proporção (57%) do tempo de serviço que trabalhador cumpriu pela regra anterior deve ser respeitada, e considerada no cálculo do período que resta para ele se aposentar. Se, pelo exemplo, a nova regra estabelecesse a aposentadoria aos 40 anos de serviço, então 22,8 anos equivaleriam ao período que o funcionário poderia computar como trabalhado na transição para a regra nova. Faltariam 17,2 anos para ele se aposentar. Se o tempo de serviço pela regra antiga não fosse considerado de forma proporcional, ele ainda teria que trabalhar 40 (-) 20 (número de anos que ele já

Pela regra antiga:

Já trabalhou	Tempo necessário para se aposentar	Quanto já trabalhou (em %)
20 anos	35 anos	57% (20/35)

Pela nova regra:

Tempo que já trabalhou pela regra antiga	Tempo necessário para se aposentar	Tempo de serviço que teria direito a considerar pela nova regra
57%	20 anos	22,8 anos (40x0,57)

Para ele se aposentar, ainda terá que trabalhar:

40 (-) 22,8 = 17,2 anos

trabalhou) = 20 anos (quanto faltaria para ele se aposentar).

Para calcular o valor da aposentadoria, também será utilizada a mesma proporção entre a regra antiga e a nova:

- 57% do valor da aposentadoria seria calculado pela regra anterior (que, como mostramos, corresponde à proporção do tempo de serviço que ele teria trabalhado sob aquela regra).

- 43% do valor da aposentadoria seria calculado pela regra nova.

- Vamos supor que o último salário do servidor, antes de ele se aposentar, seja R$ 100,00.

- Pela regra antiga, ele se aposentaria com o valor integral do salário.

- Pela nova regra, ele se aposentaria com 80% do valor de seu último vencimento: 0,80 x R$ 100,00 = R$ 80,00.

Qual seria o valor de sua aposentadoria?

Proporção do valor calculado pela regra anterior		*Valor calculado pela regra anterior*		
0,57	X	R$ 100	=	R$ 57,00
Proporção do valor calculado pela nova regra		*Valor calculado pela nova regra*		+
0,57	X	R$ 80	=	R$ 34,40
				R$ 91,40

Que é um valor superior a 80% do que ele receberia se a sua aposentadoria fosse calculada somente pela nova regra.

Muitos servidores em atividade devem estar considerando mais vantajoso solicitar imediatamente a aposentadoria com vencimentos proporcionais que esperar para se aposentar com vencimentos integrais pela nova regra à época adequada.

O exemplo acima mostra, entretanto, que o período de cálculo de sua aposentadoria obedecerá uma combinação entre a regra nova e a anterior. Conseqüentemente, solicitar a aposentadoria proporcional hoje não seja vantajoso na maioria dos casos.

Também é importante frisar que o servidor pode estar solicitando hoje a sua aposentadoria proporcional, mesmo que obtendo um benefício reduzido, por achar que no futuro incorporará vantagens e gratificações do pessoal em atividade que elevarão seus proventos. Porém, a prática deste repasse não será mais permitida.

4. O servidor que ingressar no serviço público após as mudanças na legislação da previdência

Este funcionário se enquadrará completamente às novas regras, isto é, ele se aposentará após trabalhar algo entre 38 e 40 anos, e/ou com idade próxima a 60 anos, com benefícios eqüivalentes a 80% de seu último salário.

/ aos cinqüenta anos do final da segunda guerra mundial

O ÚLTIMO MARUJO EM TRINIDAD

José Bispo dos Santos Segundo. Grumete em 1925
Foto: Serviço de Identificação da Marinha

José Antônio de Macedo Soares

De modo geral, ninguém terá maior cuidado com assuntos de hierarquia do que a secretária do Embaixador, ainda mais em postos como Port-of-Spain, onde a vida diplomática é regida por mui cerimoniosas regras herdadas do Império Britânico. Foi, portanto, com o rosto deixando transparecer ao mesmo tempo desaprovação e curiosidade, que a secretária avisou que um desconhecido Terceiro Secretário da "British High Commission" (logo de onde!) estava querendo falar ao telefone com o Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil. Por alguns instantes, tentei em vão imaginar qual poderia ser o assunto de serviço que, na Embaixada da Grã-Bretanha, com tantos funcionários graduados, teria que ser tratado conosco por tão jovem colega.

Na outra ponta da linha, a voz formalíssima se identificou como Secretário Derek Moir Smith, recém-chegado a Trinidad e Tobago. Adiantou que, como o mais novo da Embaixada, era parte de suas atribuições velar pela boa conservação do "Commonwealth War Graves Cemetery". No cumprimento desta tarefa, havia visitado naquela tarde o cemitério militar de Long Circular Road onde constatou que, na área onde estavam enterrados os marinheiros ingleses mortos na Segunda Guerra Mundial, havia a sepultura de um militar brasileiro. Com grande amabilidade, transmitiu por fax os dizeres da lápide e que, em curiosa mistura de idiomas, eram:

José Bispo dos Santos Segundo

3 Sargento - Brazilian Navy

1st February 1945

Em suma, o Secretário Moir Smith desejava apenas indagar o que a Embaixada sabia sobre este marujo brasileiro enterrado lado a lado com os mortos de guerra de seu país. Mencionei que estava no posto em serviço provisório há poucas semanas e nada havia ouvido falar sobre o assunto. Prometi informá-lo, se possível ainda na mesma tarde, sobre o que viesse a apurar nos nossos arquivos. Desliguei o telefone pensando sobre o quão surpreendente pode ser a carreira diplomática ou melhor, neste caso, a consular. Exatamente aos cinqüenta anos do fim da guerra e no meio do expediente da tarde de uma sexta-feira, surgia o que parecia ser um "pracinha esquecido"!

Para meu grande desconforto, descubro em poucos minutos que a Embaixada não mais tinha aqueles arquivos que, de forma tão pertinente, eram antigamente chamados de ***mortos***. Poucos anos antes, algum diplomata, com alto sentido de modernização administrativa e reduzido senso histórico, havia solicitado autorização para queimar os papéis com mais de cinco anos. Obviamente, as cópias de tais documentos destruídos existiam na distantíssima Brasília ou, no caso da correspondência mais antiga, no Itamaraty do Rio de Janeiro. Olhei com certa raiva aquele arquivo bonito e lobotomizado. Os registros de seis décadas da orgulhosa história da Embaixada em Port-of-Spain haviam sido reduzidos à memória mínima exigida pelo Tribunal de Contas. Pelo visto, naquela tarde não iria conseguir dar resposta ao colega inglês, ainda mais que os funcionários à minha volta pareciam tão surpresos quanto eu com a aparição deste morto-de-guerra.

No entanto, ainda estavam por ocorrer outras coisas naquele resto de tarde porque Clio sempre gosta de deixar entreabertas algumas frestas para o passado. De imediato, foi contactado funcionário aposentado, o Vice-Cônsul Eduardo Alberto Abreu, de proverbial memória sobre todos os eventos testemunhados durante os seus 43 anos de serviços prestados à Embaixada. Sem vacilar, reconheceu o nome do falecido e informou que havia sido originalmente enterrado em Fort Read e que o corpo havia sido subseqüentemente transferido para a "Waller Air Force Base". Com a progressiva desativação das bases norte-americanas em Trinidad no pós-guerra, o corpo teve novamente de ser removido. O Sr. Abreu, na condição de jovem Auxiliar de Consulado, havia presenciado este último enterro, já agora no cemitério militar britânico na Long Circular Road.

Naquele mesmo fim de tarde, o Sr. Abreu, com a segurança de pombo-correio, conduziu-nos até o local onde estava enterrado o marinheiro. Tratava-se de antigo campo santo, consagrado em 1828, e ainda utilizado pelas Forças de Defesa de Trinidad e Tobago. Nunca havia reparado naquele cemitério tão próximo da Embaixada visto que o local estava resguardado de olhares pelos quatro lados, um pequeno jardim secreto quase invisível no meio da cidade.

Detivemo-nos ali ouvindo as reminiscências do Vice-Cônsul, o qual lembrava de pormenores cuja veracidade só pude confirmar semanas mais tarde. Por exemplo, ele sabia da tentativa baldada, em 1949, de transladar o corpo para o Brasil no petroleiro "Ilha Grande". Recordava também que, em agosto do ano seguinte, a tripulação do mesmo petroleiro da Armada, sob o comando do Capitão-de-Fragata Lúcio Meira, havia prestado homenagem ao morto com a colocação da âncora de bronze que viamos à nossa frente com a gravação "Homenagem da Marinha do Brasil". Em certos momentos, o Sr. Abreu, agachado junto ao túmulo, apoiava o seu braço sobre a lápide. O gesto inconsciente era o mesmo de abraçar amigo e ficava transparente o orgulho patriótico deste antigo funcionário por conhecer a história daquele morto-de-guerra, símbolo de tempos passados e heróicos. A esta altura da nossa conversa, eu já tinha certeza de que não estava diante de um marujo esquecido e, em decorrência, não mais corria o risco de passar vergonha com as perguntas do colega inglês.

Na tranqüilidade daquela tarde, notei que não estava sentindo o habitual incômodo de visita a cemitérios. A beleza daquele jardim secreto parecia dissolver as desconfortáveis lembranças da nossa inevitável mortalidade.

O jardim secreto é pequeno, cinqüenta passos por cem. O gramado impecável é cortado ao centro por viela ladeada de palmeiras reais, uma miniatura para pedestres da Rua Paissandu no Rio de Janeiro. As inscrições dos túmulos mais antigos, expostas ao clima tropical por mais de século e meio, raramente conseguem ser lidas, enquanto que algumas covas recentes ainda aguardam anonimamente a chegada de suas lápides. Praticamente sem exceção, as lajes não indicavam datas de nascimento, quiçá para disfarçar a presença ali de tantos meninos. O maior número de sepulturas, marcadas por pedras da cor de terra-de-Siena, era de mortos da Guerra de 1939 e todas

Long Circular Road: Campo Santo, dormitório e jardim secreto. Foto: Suzana Maia

agrupadas por corporação. Dezenove voluntários de Trinidad, soldados coloniais do Regimento das Índias Ocidentais, continuavam perfilados. Em outra área, também em fileira única, três australianos, quatro canadenses e sete ingleses, tendo em comum o fato de terem morrido como integrantes de suas Forças Aéreas. Em local de menor evidência, uma fila de onze lápides correspondia aos mortos da Marinha Mercante. Li os nomes com receio de vir a encontrar algum outro morto-de-guerra brasileiro. Entre os 31 mercantes perdidos pelo Brasil, oito foram a pique na região do Caribe, sendo que quatro ("Barbacena", "Tamandaré", "Piave" e "Parnaíba") haviam sido torpedeados, com a morte de 18 tripulantes, nas proximidades de Trinidad e Tobago.

No cemitério de Long Circular Road, o local mais bonito é reservado para os 59 mortos da "Royal Navy", com várias fileiras de lápides ligadas por canteiros de flores. A maior parte tinha sido tripulante do "HMS Goshawk" e achei curioso que cada sepultura registrasse uma data diferente de falecimento. Com a ajuda do Adido Naval da Embaixada Britânica em Brasília, foi possível desvendar o mistério desta belonave que estranhamente ostentava nome de pássaro. Em verdade, estava eu confrontado com o costume inglês de dar nome de navio a instalações em terra. O "Goshawk" era, pois, um navio de pedra e cal ("stone frigate"), mais precisamente uma "Royal Navy Air Station" na localidade de Piarco, isto é, o atual aeroporto internacional de Trinidad. O elevado número de mortos desta "fragata de pedra" é indicador preciso dos perigos da aviação militar nos anos quarenta.

Ao final de uma das fileiras da Marinha Britânica, em perfeito alinhamento, uma lápide diferente e uma âncora de bronze marcam o local do sepultamento do Sargento Santos Segundo. É tocante observar como a posição do marujo brasileiro revela que ele foi considerado como um igual aos seus colegas de mar e de guerra da Armada inglesa. Para que não reste dúvida sobre a distribuição hierárquica dos locais de sepulta-mento, em canto quase escondido estão os túmulos de dois inimigos: um italiano e outro alemão. A localização deste par de covas rasas, fruto de ancestrais ódios,nos traz à mente o quão extraordinário é o atual impulso de união na Europa.

De regresso a Brasília, começo a buscar quem era aquele marujo brasileiro até então sem rosto, navio ou história. Graças à eficiência da Sra. Lúcia Monte Alto Silva, chefe do Arquivo Histórico do Itamaraty, e de sua equipe, foram localizados vários ofícios que mostravam o quanto o Consulado em Port-of-Spain informava sobre este morto-de-guerra. Em especial, caberia mencionar texto do então Vice-Cônsul Armindo B. M. Cadaxa sugerindo que o Ministério solicitasse à Marinha os US$ 70,59 dólares necessários para a aquisição de uma lápide. Em todas estas comu-nicações, nota-se o óbvio orgulho dos integrantes do Consulado por terem na sua jurisdição um herói-de-guerra. Com a ajuda do Comandante Rudibert Kilian Jr.,

do Serviço de Relações Públicas do Ministério da Marinha, e da Sra. Angela Fonseca Souza Assis, Encarregada da Divisão de História Marítima, foi realizado um pequeno milagre: localizar e copiar todos os documentos do Sargento Santos Segundo. Estava eu em condições de começar a entrever quem era aquele último marujo em Trinidad, cujo olhar aos 13 anos de idade parecia tão tristonho.

Em meados dos anos vinte, diante da crônica escassez de marinheiros, a Marinha de Guerra não era conhecida pela minúcia com que analisava os dados pessoais de eventuais voluntários. O "pai" de José Bispo dos Santos Segundo (de nome João Damião dos Passos!), ao apresentá-lo à Escola de Aprendizes, declara que a mãe era desconhecida! Naquela data (15/3/1925), confirma que seu filho havia nascido em Sergipe (localidade não-especificada), tinha já 15 anos e havia nascido em 1/8/1911! Como compensação, a partir daquele instante do alistamento, a máquina burocrática da Armada transforma-se em primor de minúcia e precisão nos registros pessoais do novo voluntário.

Em 28/7/1925, José Bispo é transferido para a Escola de Grumetes. Alistado como praça por período de nove anos a partir de 16/12/1925. Menos de um mês após está embarcado no encouraçado "Minas Gerais", onde serve até dezembro de 1931. Neste quase lendário "dreadnought" recebe promoções a marinheiro de segunda e de primeira classes. Ao ser incorporado à Marinha, este encouraçado era dos maiores e mais modernos do mundo, além de ter atuado como navio-capitânea dos amotinados em um dos mais inacreditáveis episódios da História do Brasil: a revolta dos marinheiros de 1910. A seguir, está embarcado em outro famoso navio, o encouraçado "Floriano". Destacado para a Diretoria de Armamento, é promovido a cabo ao final de 1933. Quatro anos mais tarde, volta ao mar como tripulante do contratorpedeiro "Maranhão" e, logo depois, do tender (navio de apoio) "Belmonte", conhecido por ter integrado o esquadrão naval brasileiro que havia participado da Primeira Guerra Mundial.

Em 11 de dezembro de 1941, é transferido para o cruzador "Bahia", onde exerce a função de chefe de canhão de 120 mm. Durante o serviço no "Bahia" perde a falangeta do dedo mínimo ao carregar uma peça de artilharia. Após alguns meses de recuperação, volta a embarcar no "Bahia", onde recebe promoção a sargento. Caso tivesse permanecido naquele cruzador, provavelmente teria morrido no que constituiu o pior desastre da Marinha na Segunda Guerra. No correr de exercício de tiro, na manhã de 4 de julho de 1945, uma metralhadora fica desgovernada e os disparos atingem as cargas de profundidade arrumadas no tombadilho. O velho cruzador, veterano de duas guerras mundiais, afunda em cinco minutos com a perda de 332 dos 372 oficiais e praças a bordo.

No que poderia ter constituído tentativa de enganar o destino, o Sargento Santos Segundo deixa o "Bahia" e embarca, em 19 de dezembro de 1944, no moderníssimo contratorpedeiro de escolta "Benevente", lançado ao mar apenas um ano e meio antes com a denominação de "USS Cristopher". Durante a Segunda Guerra, em atividades com a Marinha brasileira de comboio e de apoio a transporte aéreo, o "Benevente" percorreu quase trinta mil milhas em 117 dias de mar. Este "destroyer", que agora entra na história do Sargento-Artilheiro Santos Segundo, teria longa vida na Armada com serviço ativo de exatamente trinta anos.

Poucos dias após a sua incorporação em Natal, o "Benevente" com 200 tripulantes já está em atividade de escolta de navios mercantes. A rota mais vital ligava a costa Leste dos EUA com o porto do Rio de Janeiro e cabia à Marinha brasileira defender os comboios no trecho ao sul da ilha de Trinidad. Em outras palavras, os comboios (tanto os que se deslocavam para o norte quanto para o sul) paravam alguns dias em Port-of-Spain, onde ocorria a "troca de guarda" entre as Marinhas de Guerra do Brasil e dos EUA.

Ao que tudo indica, o Sargento Santos Segundo esteve doente por nove dias em alto mar com sinais de pneumonia, a qual não respondia a tratamento com sulfa. Em 21 de janeiro de 1945 foi possível internar o paciente no Hospital da Base Naval de Trinidad, onde a sua doença resiste até mesmo a tratamento com o novo medicamento que daria o prêmio Nobel de Medicina naquela ano a Alexander Fleming. No cair da tarde de 1 de fevereiro, morre o Sargento Santos Segundo, vítima de endocardite originada de bronco-pneumonia.

Morreu com 33 anos e meio. A sua contagem de tempo de serviço alcançou (com os terços adicionais por campanha) 25 anos e 18 dias. Solteiro e sem filhos, revelaram-se baldadas as tentativas póstumas de localizar seus familiares. Por vários outros indícios, como o de férias e licenças não-aproveitadas, pode-se dizer que a sua vida era a Marinha de Guerra. Mesmo após a morte, em obediência à razão de ser da Armada (tão parecida com a do Itamaraty), continua prestando serviços ao assinalar a presença brasileira no além-mar.

A listagem oficial agrupa as baixas na Segunda Guerra Mundial por navio e desta relação não consta qualquer tripulante do "Benevente". Pelos critérios de "metralha e sangue", o Sargento Santos Segundo talvez não deva constar de lista dos mortos-de-guerra. De outra parte, é relevante notar que o atestado de óbito da Base Naval norte-americana (com a singeleza militar dos documentos a preencher nas linhas pontilhadas) explicita no item 10 que:

"Death ***is not*** the result of own misconduct and ***is*** in the line of duty".

A Embaixada do Brasil em Port-of-Spain sempre soube que existiam bons motivos para orgulhar-se daquele último marujo em Trinidad.

RELÍQUIAS DA CASA VELHA

ou

O Sono Difícil de Sua Excelência

Victor Manzolillo de Moraes

Se o título é emprestado ao nosso grande Machado, os cupins da velha Residência da Embaixada não são de mais ninguém: são dela mesma, da velha casa. Nasceram e cresceram, com voraz apetite ao nosso madeirame sólido de meados do século. Antes de ser próprio nacional, ela abrigou a burguesia deste minúsculo país que Gabriela Mistral um dia chamou de *Pulgarcito de América*. Não é tão velha assim. No entanto, acredite, se não morreu de bronquite nem a salvou o famoso rum dos anúncios de bonde, ainda assim range a sua carcaça como um navio no Cabo das Tormentas. Casa velha, esta, mas casa boa. Residência que abrigou inúmeros colegas ilustres ao longo dos anos, como Fernando Abbott Galvão, Wagner Pimenta Bueno, José Maria Alcázar, Renato Bayma Dennis, Mário Dias Costas, Chico Lima e Silva e outros, raia miúda de menos ibope como este que vos escreve. Grande, velha e reumática esta Residência da Embaixada em São Salvador.

E, se não foi de bronquite, quase morreu, no entanto, com o terrível terremoto de 1986. Seus alicerces sofreram abalos, mas isso foi só um problema físico; pior foi sua alma, que sofreu traumas irreparáveis: ainda hoje, a qualquer ameaça de tremor de terra, tempestade ou vento encanado de mal jeito, a velha dama range, geme de medo, todos os veios de suas madeiras-de-lei por onde outrora correu boa seiva parecem arrepiar-se de susto. Mas, segue de pé, abrigando os incontáveis *globe trotters* da *Carrière* que se hospedam entre suas árvores e plantas muitas, motivos de orgulho e atrativo para as hordas de mosquitos, morcegos e afins, acessórios inevitáveis da beleza silvestre. Mas, a boa casa não suspeitava em seus dias senhoriais, que um futuro pior a esperava. Foi quando o pequeno país dobrou a esquina de duvidoso progresso. A modernidade caótica do urbanismo centro-americano, a macaquear o *Big Brother* ao norte, pôs bem debaixo do seu nariz algo pior que as catástrofes naturais. A vetusta mansão de ar levemente oriental (só lhe faltam as telhas arrebitadas ao estilo dos pagodes) tomou susto pior que o causado pelos terremotos e aguaceiros. De início, ela acreditou que o que escutava lá fora na rua fosse, apenas, o chiado de milhões de grilos, ou de cigarras que chegam com a Semana Santa a carpir o drama de Cristo e que sobrevivem, segundo a crença popular, apenas até o Domingo da Ressurreição. Ledo engano da velha casa: nem grilo nem cigarra, era o ronco surdo dos tratores que alargavam a rua modorrenta para transformá-la na boêmia, na barulhenta, na modernosa Zona Rosa, assim mesmo, com direito a rima. No oitavo dia, o deus maia criou o caos nas terras de Cuscatlán e inventou, num momento de fantasia erótica, a Zona Rosa das boates, restaurantes de calçada, Via Venetto dos pobres, com sua fama noturna e seus famigerados *mariachis*, cantando a pleno pulmão suas *rancheras*, bolerões dor-de-cotovelo e as proezas machistas, produtos de importação do vizinho México. Mas o deus maia sequer sabia que, inventando a Zona Rosa defronte da velha casa do Brasil, estava criando, como um Dante centro-americano, o inferno dos diplomatas que ali se hospedam.

Desgraça pouca é bobagem, diz a voz do povo, que mais uma vez está certo. Como se não bastassem os vulcões, belos e sinistros, os terremotos e a praga dos pernilongos, agora mais essa, os esganiçados cantores de restaurante que varam a noite como *borrachos* de filme mexicano. Piedade, Senhor dos Diplomatas, para o burocrata cansado que tenta dormir, sonho vão! E quando chega o fim de semana, o suplício ganha força: aos algozes do bel canto se junta um público ávido de barulho, como se a explosão de decibéis desafinados os ajudasse a esquecer o estrondo das bombas e a ráfaga das metralhadoras que encheram as noites deste sofrido país durante 12 longos e sangrentos anos. Vá lá, é compreensível, seria até perdoável, não fosse tão chato. Então, a Zona Rosa ferve treme, pior que terremoto, e a velha Residência treme junto, baila a celebração da paz, o fim do sufoco, o retorno das noites boêmias nestas terras cuscatlecas. Com essa não contava o deus maia, antes tivesse fulminado de uma vez por todas a famigerada cantoria desses *mariachis*, que, como o nome indica, foram criados para cantar nos casamentos de um México afrancesado à força e exaltar delícias epitalâmicas gozadas, quase sempre, com mais brutalidade que amor. E no final, acabou dando nisso, cantores de churrascaria...

Penso no drama dos insones à força, enquanto tentam atrair Morfeu. Mas, que nada! O sonolento deus anda longe, assustado pelo ruído lá fora, pois o grito dos cantadores de um folclore duvidoso fazem tremer o próprio Olimpo. E penso, mais que tudo, no que sentiriam nessa hora do lobo os colegas mais velhos. Houve até, um que saiu ao jardim de arma na mão, a exigir silêncio na marra aos boêmios inveterados. O caso entrou para antologia da quase tragicomédia local; mas não me perguntem o nome do santo, só conto o milagre. O fato é que, claro está, não foi atendido, virou motivo de riso, pois a melhor arma nessas horas é a lábia e o jogo de cintura. Se tivesse ido parlamentar com os barulhentos, prometer-lhes um retrato autografado do Pelé ou, melhor ainda, passagem aérea para o carnaval no Rio, teria conseguido um silêncio imediato e profundo.

E quando, enfim, o último rouxinol do bolerão dor-de-cotovelo se cala por volta das 3 da manhã, e o cansado burocrata suspira, aliviado, e acha que vai dormir, é aí então que "um poder mais alto se alevanta", como disse o bardo caolho d'além mar. Um outro tipo de barulho com que nem o grande luso imaginou, pois não haviam inventado alarmas contra furto de caravelas, veio perturbar a paz do colega. Imaginem vocês que, quando o pobre exausto pensava jogar-se nos braços de Morfeu – ou de Morféia, sua esposa, pois era do tipo machão — aí começou a segunda parte do drama onírico, ou melhor, o segundo círculo do Inferno. É que os boêmios, já trocando as pernas, deixam os seus carros num estacionamento bem ao lado da Residência e na hora de abrir a porta, com o cérebro dançando em cuba libre ou algo pior, não se lembram do alarma, que dispara de carros ao mesmo tempo, numa cacofonia anti-furto de levantar ladrão, digo, defunto da sepultura. As engenhocas disparam e enchem a noite com lamentos de ambulância, pios de morcego, guinchos de hiena nas profundas da África, num pandemônio de Fla-Flu quando o juiz anula gol de pênalti. Até que, finalmente, tudo se acalma e Sua Excelência agora vai dormir em paz. Segundo ledo engano: *pensa* que vai, pois meia hora depois do brevíssimo repouso do guerreiro (*honni soit qui mal y pense!* Não, não falo do ilustríssimo colega), começa outro tipo de orquestração, tão furiosa como a dos *mariachis* e dos alarmas de automóvel: é a passarada madrugadora que passa a dar o ar de sua graça. Ora, a velha dama, a rangedora e pachorrenta Residência, nosso vetusto próprio nacional, está rodeada de árvores que são as delícias dessa espécie voadora, cantora, perturbadora. Berram e gritam tanto que o insone burocrata não sabe mais se usa a arma na passarada ou no próprio ouvido. Prevalece o bom-senso e a lei da sobrevivência, nosso herói sofrido prefere enfiar nele dois cotonetes Johnson & Johnson. Feliz com a sábia decisão e com relativo silêncio, sente que venceu a humanidade cafona da Zona Rosa, a tecnologia ruidosa dos alarmas e a passarada, e cai no sono, vitorioso, como se ganhasse o Vaticano como último posto. Afinal, depois de tudo isso, bem que o merece; os caminhos do céu passam pela casa do Papa na Terra, embora nem todos os caminhos conduzem a Morfeu. Terceiro e último ledo engano: no melhor do sono, profundo e forte como um Terceiro Secretário, irrompe no ar, como chocalho em fundo de panela, o famigerado despertador *Swiss Made* que não falha nunca, o desgraçado.

Já são sete horas, tempo de pular da cama e se arrumar para o batente.

Ah, as delícias da Residência oficial!

AS PRIORIDADES DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA ÁREA DO ITAMARATY

No seu discurso do Dia do Diplomata, no dia 28 de abril, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou as seguintes prioridades do seu Governo, na área do Itamaraty:

- aprofundar os mecanismos de integração regional, a partir do Mercosul, com vistas à futura integração hemisférica;
- definir com clareza as parcerias estratégicas que o Brasil deve manter em nível bilateral;
- continuar a defender as regras, princípios e virtudes do multilateralismo na área econômica e política;
- ampliar o espaço de participação brasileira no processo decisório internacional, especialmente no que se refere à necessária mudança na composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deve refletir as características do mundo pós-Guerra Fria;
- garantir as condições estruturais para a competitividade internacional, sobretudo a estabilidade das condições econômicas e, nesse sentido, mobilizar a comunidade internacional em torno dos problemas que a volatividade dos capitais especulativos pode trazer, em particular para as economias em desenvolvimento, neste tempo de globalização dos mercados financeiros;
- reforçar internacionalmente os compromissos brasileiros com a não-proliferação de armas nucleares;
- aproximar o Brasil de organizações multilaterais, como a OCDE, que exprimam, em sua essência, a defesa da economia de mercado e de outros valores do Ocidente democrático;
- dotar o Itamaraty de estruturas mais ágeis e ainda mais eficientes, em particular na defesa do cidadão brasileiro no exterior; e
- aperfeiçoar a legislação que regulamenta o Serviço Exterior Brasileiro, sobretudo no que diz respeito à progressão funcional, de forma a dar aos jovens que iniciam sua vida profissional maior estímulo e recompensa à altura dos desafios cada vez maiores que estão sendo chamados a enfrentar.

. . . . . .

A ADB informa que seus associados poderão obter descontos, mediante a apresentação da carteira de associado, nos seguintes locais:

LIVRARIA SODILER (em toda a rede: Rio, Brasília e Recife);

Desconto de 10% em livros nacionais e importados que não estejam em promoção; **Desconto de 5%** em livros nacionais e importados em promoção;

LIVRARIA SAGA (Livros usados) - Desconto de 15%;

PRODISC (em todas as lojas) - **Desconto de 10%;**

Discoteca 2001 (em todas as lojas) - **Desconto de 5% em cd's sem promoção;**

CD MUSIC HALL (cd's e vídeos laser importados) **Desconto de 5%.** Na compra de cada CD em promoção o associado ganha um bônus, quando reunir 10 bônus, poderá ganhar um CD de sua escolha;

HOTEL DEVILLE (São Paulo) - **Desconto de 30%;**

ESPAÇO INTERIOR - Iluminação e Projetos de Arquitetura e Paisagismo - **Desconto de 10%.**

ENTRELINHAS

Aos leitores do Boletim:

Tem havido um número crescente de reclamações de não recebimento do Boletim. Como os Boletins continuam a ser expedidos regularmente, pelas mesmas pessoas e usando os mesmos procedimentos, ficamos imaginando se a EBCT e o nosso serviço de mala estarão falhando...

De qualquer forma, não se esqueça de nos comunicar sua mudança de endereço ou de posto, mesmo quando a lotação for na Secretaria de Estado.

. . . . . .

BRASILPREV

Associada ao Banco do Brasil, a BRASILPREV oferece planos de previdência privada que possibilitam complementar a previdência oficial. Os diplomatas interessados deverão entrar em contato com a agência do Banco do Brasil no Itamaraty, especialmente com os funcionários encarregados do assunto: Roberto e Itajaí, tel. 321-8367 ou fax 321-6319.

O custo de cada plano é calculado individualmente, em função da idade de ingresso, o valor do benefício e a idade de aposentadoria (estes dois últimos fatores a serem determinados pelo cliente).

Durante o período de pagamento será formada uma reserva individual, reajustada pela TR mais juros de 6% ao ano, somada a uma parcela dos excedentes financeiros obtidos pela BRASILPREV. Essa reserva pode ser resgatada a qualquer momento, de forma que não há propriamente um custo para o cliente, tudo se passando como em um investimento. A qualquer momento, sem que haja carência, o cliente pode retirar parcial ou totalmente o que aplicou.

Para dar alguns exemplos, aos 24 anos, o funcionário que quiser receber R$ 1.000,00 ao completar 60 anos precisará investir R$ 92,92 por mês. Aos 30 anos, para receber a mesma importância também aos 60 anos, o funcionário deverá investir R$ 140,01 por mês. Aos 45 anos, R$ 475,55.

Além do benefício principal, que é a aposentadoria, o participante terá acesso a benefícios secundários, como seguro de vida e pensão para dependentes, a custo muito baixo.

A ADB está mantendo entendimentos com o Banco do Brasil e, caso um número significativo de nossos associados ingresse na BRASILPREV, poderemos organizar um "plano de grupo", com vantagens para todos os participantes.

Vamos tentar?

Conserve sua coleção do Boletim!

FICHA TÉCNICA

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros

ANO III Nº 23
MAIO 1995
ISSN 0104-8503

CONSELHO EDITORIAL
SÉRGIO FERNANDO GUARISCHI BATH
ADOLF LIBERT WESTPHALEN
RUBEM AMARAL JÚNIOR
MARCELA MARIA NICODEMOS

JORNALISTA RESPONSÁVEL
DIVA GRADILONE

EDITOR
SÉRGIO FERNANDO GUARISCHI BATH

DIAGRAMAÇÃO
TÂNIA REGINA SANTOS RAMOS
CASEDA FELICE

REVISÃO
KATIA GILABERTE

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
TÂNIA REGINA SANTOS RAMOS

ASSISTENTE DE REDAÇÃO
CHRISTIANNE BRANDELLI

COLABORADORES
ALMIRANTE (RRM) HAROLDO ALMEIRA REGO
LUCIA MONTE ALTO SILVA (Chefe do Arquivo Históricodo Itamaraty no Rio de Janeiro)
CAPITÃO-DE-CORVETA (FN) RUDIBERT KILIAN JUNIOR (Serviço de Relações Públicas da Marinha)
ÂNGELA FONSECA SOUZA ASSIS (Encarregada da Divisão de História Marítima do Ministério da Marinha)
NEI SILVÉRIO
WASHINGTON LUIZ DOS SANTOS GOMES

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
CHARBEL GRÁFICA E EDITORA LTDA.

TIRAGEM
1.400 EXEMPLARES.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANEXO ADMINISTRATIVO I, TÉRREO.

AS MATÉRIAS ASSINADAS SÃO DA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

Editado pela:
ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores,
Esplanada dos Ministérios,Anexo Administrativo I, Térreo
70170-900 – Brasilia, DF – Brasil
Fone: (061) 211-6950 - (061) 224-8022
Fax: (061) 322-0504